



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

CARTA - CONTRATO N.º 46/08

Processo Administrativo n.º 08/10/34300

Interessado: Secretaria Municipal de Cultura

Modalidade: Convite n.º 103/08

O **MUNICÍPIO DE CAMPINAS**, inscrito no CNPJ sob o n.º 51.885.242/0001-40, com sede na Avenida Anchieta n.º 200, Centro – CEP 13.015-904, Campinas – Estado de São Paulo, devidamente representado, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **SCULPTOR MANUTENÇÃO ELETRÔNICA LTDA. EPP** inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 09.223.403/0001-74, devidamente representada, doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, têm, entre si, justo e avençado e celebram por força do presente instrumento um CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS decorrente da Carta - Convite n.º 103/2008, objeto do processo administrativo epigrafado com as seguintes cláusulas e condições:

PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto manutenção preventiva e corretiva em todos os telescópios, instrumentos ópticos, eletro-eletrônicos e mecânicos de utilização do Observatório Municipal de Campinas “Jean Nicolini” (OMCJN), localizado na Estrada das Cabras (CAM-245), s/km, Monte Urânia, Serra das Cabras, Distrito de Joaquim Egídio, Campinas/SP, em conformidade com o Anexo I – Projeto Básico e nas condições estabelecidas nesta Carta-Contrato.

1.2. Relação dos instrumentos:

- Telescópio refletor cassegrain Group JTC-600mm.
- Telescópio refletor cassegrain Zeiss-Jena 500mm.
- Astrógrafo Zeiss-Jena “Nelson Travnik” 400mm.
- Telescópio refletor newtoniano Meade 250mm.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

-
- Telescópio refletor newtoniano “Nilson Guedes” 150mm.
 - Telescópio refrator Zeiss-Jena (luneta azimutal) “Alfredo Leal da Costa”, 1913 (acervo histórico).
 - Telescópio refrator (luneta azimutal) Troughton & Simms “Neyla Leal da Costa” (acervo histórico).
 - Telescópio Solar Coronado.
 - 02 (dois) binóculos.
 - Oculares, Barlows, prismas, filtros e acessórios ópticos necessários às observações.
 - Sistemas de projeção, vídeo e sonorização.
 - Eventuais equipamentos adquiridos na vigência do contrato.

SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. A prestação dos serviços, objeto desta contratação, deverá ser executada em conformidade com o estabelecido no Projeto Básico – Anexo I da Carta-Convite, que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

2.2. Após a assinatura do presente instrumento a Contratada deverá iniciar os serviços de acordo com o encaminhamento da Contratante.

TERCEIRA – DO PRAZO DA CONTRATAÇÃO E GARANTIA

3.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do presente instrumento, podendo ser prorrogado a critério da Administração, por iguais e sucessivos períodos, até o limite estabelecido pela Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

3.2. Para os serviços de manutenção preventiva e corretiva em todos os telescópios, instrumentos ópticos, eletro-eletrônicos e mecânicos de utilização do Observatório Municipal de Campinas “Jean Nicolini” (OMCJN), foi dada a garantia de 90 (noventa) dias a partir do término de sua execução comprovados por meio de relatório técnico,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

com as descrições dos serviços, datado e devidamente assinado por seu responsável.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR DA CARTA-CONTRATO

4.1. Pela prestação dos serviços, objeto do presente contrato, faz jus a Contratada ao recebimento dos seguintes valores: R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais)

4.2. Os valores definidos nesta cláusula incluem todos os custos, tributos e despesas diretas e indiretas decorrentes do presente contrato, de modo a constituir a única contraprestação pela execução dos serviços.

QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O CONTRATANTE procederá ao pagamento nas seguintes condições:

5.1.1. A Contratada apresentará a Secretaria Municipal de Cultura – SMC a fatura com os respectivos serviços executados, a qual terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, para aceitá-la ou rejeitá-la.

5.1.3. A fatura não aprovada pela Secretaria Municipal de Cultura – SMC, será devolvida a Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no item anterior, a partir da data de sua reapresentação.

5.1.4. A devolução da fatura não aprovada pela Secretaria Municipal de Cultura – SMC em hipótese alguma servirá de pretexto para que a empresa suspenda o serviço.

5.1.5. A Secretaria Municipal de Finanças procederá ao pagamento no prazo de 10 (dez) dias fora a dezena, contados do aceite de cada fatura pela Secretaria Municipal de Cultura – SMC.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

5.1.6. O Contratante somente efetuará o pagamento dos valores devidos, após comprovação pela Contratada, do recolhimento do FGTS e após juntada da cópia da folha de pagamento dos empregados contratados. O recolhimento do INSS será efetuado nos termos da legislação pertinente e do ISSQN referente ao objeto da contratação, nos termos da Lei Municipal nº 12.392 de 20 de outubro de 2005.

5.2. A Contratada deverá indicar em sua fatura o nº, nome e endereço de sua Agência Bancária e o nº da sua conta corrente.

SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. São obrigações da Contratada:

6.1.1. Apresentar ao CONTRATANTE, cópia autenticada da Declaração de Inscrição Cadastral (DIC), conforme Decreto Municipal nº 14.590 de 26/01/2.004, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir da assinatura desta Carta-Contrato, sob pena de retenção dos pagamentos devidos.

6.1.2. Executar os serviços em conformidade com o Projeto Básico da Carta-Convite 103/2008 após o recebimento da Ordem de Início de Serviço.

6.1.3. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.

6.1.4. Responder pelo pagamento dos salários devidos à mão-de-obra empregada nos serviços, pelos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários respectivos, e por tudo mais que, como empregadora deva satisfazer, além de ficar sob sua integral responsabilidade a observância das leis trabalhistas, previdenciárias e fiscais, assim como os registros, seguros contra riscos de



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

acidentes de trabalho, tributos e outras providências e obrigações necessárias ao fornecimento.

6.1.5. Realizar os serviços por profissionais devidamente qualificados e habilitados legalmente para execução dessas atividades.

SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

7.1.1. Prestar à Contratada todos os esclarecimentos necessários à execução dos serviços.

7.1.2. Efetuar os pagamentos devidos, nos termos da Cláusula Quinta do presente instrumento.

7.1.3. Expedir a Ordem de Serviço, por meio da Secretaria Municipal de Cultura - SMC, após a assinatura do contrato.

7.1.4. Fica de responsabilidade da Contratante, o agendamento da data e horário para a execução dos serviços.

OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1. Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificados e comprovados, o não cumprimento, por parte da Contratada, das obrigações assumidas ou a infringência de preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação, segundo a gravidade da falta, nos termos dos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, das seguintes penalidades:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

-
- 8.1.1.** Advertência, sempre que for constatada irregularidade de pouca gravidade, para a qual tenha o Contratado concorrido diretamente, situação que será registrada no Cadastro de Fornecedores do Município de Campinas.
- 8.1.2.** Multa de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, calculada sobre o valor da prestação do serviço efetuado com atraso até 02 (dois) dias, após o que, aplicar-se-á, a multa prevista no subitem 8.1.3.
- 8.1.3.** Multa de 30% (trinta por cento), por inexecução total ou parcial do contrato, calculada sobre o valor total da inadimplência, podendo, ainda, ser rescindido o contrato na forma da lei.
- 8.1.4.** Suspensão temporária ao direito de licitar com o Município de Campinas, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de 02 (dois) anos, independentemente da aplicação das multas cabíveis.
- 8.1.5.** Declaração de inidoneidade, na hipótese de prática de atos ilícitos ou falta grave, tais como apresentar documentação inverossímil ou cometer fraude, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município de Campinas, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos.
- 8.2.** As penalidades previstas nesta cláusula têm caráter de sanção administrativa. Conseqüentemente, a sua aplicação não exime a Contratada de reparação de eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar à Contratante.
- 8.3.** As multas previstas nesta cláusula, quando aplicadas, serão descontadas dos créditos da Contratada ou, ser for o caso, cobradas administrativa ou judicialmente.
- 8.4.** A apresentação de documentação inverossímil ensejará a desclassificação do



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

licitante ou a rescisão do contrato e multa no valor de 30% (trinta por cento) de seu montante, se a contratação já estiver efetivada, bem como a aplicação da penalidade de suspensão temporária ao direito de licitar com o Município de Campinas e o impedimento de com ele contratar pelo prazo de 02 (dois) anos, além de declaração de sua inidoneidade, sem prejuízo da comunicação do ocorrido ao Ministério Público.

NONA - DA RESCISÃO

9.1. Constituem motivos para rescisão do presente Contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, a qual será processada nos termos do artigo 79 do mesmo diploma legal.

9.2. Na hipótese de rescisão determinada por ato unilateral e escrita da administração, ficarão assegurados ao Contratante os direitos elencados no artigo 80 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

DÉCIMA – DO RECEBIMENTO

10.1. No recebimento e aceitação do objeto deste Contrato, será observado, no que couber, as disposições contidas nos artigos 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93.

DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTAMENTO

11.1. Os preços dos serviços poderão ser reajustados anualmente, observadas as regras estabelecidas na Lei Federal 10.192/01.

11.2. Os valores constantes deste contrato serão reajustáveis após o período de 12 (doze) meses, com a aplicação da fórmula abaixo:

$$PR = PI \times (IPCAi/IPCA0)$$



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Sendo:

PR = Preço Reajustado;

PI = refere-se ao preço do item contratado;

IPCA - TOTAL = Índice de preços ao Consumidor-Ampliado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Total;

0 = Refere-se ao mês base para cálculo do reajuste, ou seja, o mês da data de apresentação dos envelopes na licitação;

i = Relativo ao mês do reajuste, ou seja, 12 (doze) meses contados da apresentação dos envelopes na licitação.

11.3. A periodicidade anual para cálculo do reajuste será contada a partir da data limite para apresentação dos envelopes.

DÉCIMA SEGUNDA – DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO

12.1. A despesa referente ao valor do presente Contrato será previamente empenhada e processada por conta da verba própria do orçamento vigente, codificada sob o número:

11120.13.122.2002.4188.110218.01.01.100-000.339039, conforme fls. 18 do Processo.

DÉCIMA TERCEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

13.1. Aplica-se a esta Carta-Contrato, e principalmente aos casos omissos, o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

DÉCIMA QUARTA – DA LICITAÇÃO

14.1. Para a execução dos serviços objeto do presente Contrato, foi realizada licitação na modalidade Convite nº 103/2008, cujos atos encontram-se no Processo Administrativo nº 08/10/34.300.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

DÉCIMA QUINTA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES E DA VINCULAÇÃO A CARTA-CONVITE E À PROPOSTA

15.1. A presente Carta-Contrato vincula-se ao instrumento convocatório da licitação, à proposta da Contratada de fls. 95 a 101 do Processo Administrativo n.º 08/10/34.300.

DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. Para dirimir quaisquer questões oriundas desta Carta-Contrato, as partes elegem o foro da Comarca de Campinas, excluindo qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim, justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campinas, 14 de novembro de 2008

FRANCISCO DE LAGOS VIANA CHAGAS

Secretário Municipal de Cultura

SCULPTOR MANUTENÇÃO ELETRÔNICA LTDA. EPP

Representante Legal: Adilson Fernandes Dias

R. G. n.º 16.709.583-3

CPF n.º 074.510.868-79